

REVISTA
FILOSÓFICA
DE
COIMBRA

vol. 28 - número 55 - março 2019



interessado que, nestas páginas, encontrará uma nova referência de qualidade e um novo padrão de aprofundamento para a investigação da filosofia henryanna; ao mesmo tempo, ganhará ainda uma via de entrada de elevada qualidade no horizonte do biranismo.

Não temos dúvidas de que a obra interessará a todos quantos trabalham no contexto da filosofia moderna e contemporânea e não temos reservas em aconselhar vivamente a sua leitura.

Luis António Umbelino

Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Unidade I&D CECH – FLUC
Email: lumbelino@fl.uc.pt
DOI: https://doi.org/10.14195/0872-0851_55_7

Myriam Bienenstock, *Cohen und Rosenzweig. Ihre Auseinandersetzung mit dem deutschen Idealismus* (Freiburg/München: Verlag Karl Alber, 2018), 298 pp. (Inclui Prefácio, Introdução e Bibliografia). ISBN: 978-3-495-48680-1

Myriam Bienenstock é uma autora conhecida do público universitário português como investigadora do pensamento do jovem Hegel e do Idealismo Alemão e como especialista em Franz Rosenzweig e em temas do pensamento judaico do século XX. O livro que nos mereceu a presente nota é constituído por oito ensaios, publicados inicialmente em francês em 2009, em volume autónomo – *Cohen face a Rosenzweig. Débat sur la Pensée Allemande* (Paris: Librairie Philosophique J. Vrin). A presente edição alemã constitui uma versão nova dos ensaios de 2009 e não se limita a traduzir o material previamente existente.

Do ponto de vista do método trata-se de uma abordagem histórico-filosófica com recurso a detalhes biográficos, epistolografia e outras fontes documentais. O âmbito de pesquisa é definido, do ponto de vista temporal e temático, pela receção do Idealismo Alemão nas fontes e influências dos dois autores mencionados em título – o neokantiano Hermann Cohen (1842-1918) e o autor da *Estrela da Redenção*, Franz Rosenzweig (1886-1929).

Constituída por oito capítulos, um prefácio, uma introdução e uma bibliografia primária e secundária atualizadas, a obra parte dos temas e influências comuns a H. Cohen e a F. Rosenzweig para oferecer um exame muito detalhado das linhas doutrinárias e influências pessoais que, sobretudo nas duas primeiras décadas do século XX, se cruzam em filósofos que, além de terem como principais referências teóricas Kant, Fichte, Schelling ou Hegel e a cultura alemã de 1800, em geral, estão preocupados em entender a sua pertença ao judaísmo, as diferenças e comunhão entre judeus e cristãos, não só como um tema de herança religiosa ou cultural, mas como uma questão especulativa a propó-

sito do estatuto da Revelação Bíblica, envolvendo Filosofia e Teologia. Este âmbito temático permitiu à autora incluir ainda no livro um capítulo final sobre os traços de H. Cohen e F. Rosenzweig na obra de Emmanuel Levinas, particularmente no que se refere a alguns ensaios do filósofo francês incluídos em *Difficile Liberté* e *Totalité et Infini* (8. “Auf den Spuren von Cohen und Rosenzweig im frühen Werk von Emmanuel Levinas”, pp. 242-276). O primeiro capítulo “Biographische Anhaltspunkte” (pp. 31-62) situa o leitor no contexto das relações pessoais que permitem explicar a ordem de emergência de posições doutrinárias ou influências. H. Cohen e F. Rosenzweig, Eugen Rosenstock-Huussy, Rudolf Ehrenberg e Hans Ehrenberg, através das suas conversas e correspondência, dão testemunho da mesma necessidade de exame do significado da pertença ao judaísmo num mundo cristianizado, embora indo em direções distintas nas vertentes especulativa e pessoal. Da correspondência entre F. Rosenzweig e Rudolf Ehrenberg, de 1914, sabemos que entre 1913 e 1914 encontraram-se F. Rosenzweig e H. Cohen, em Berlin, em um curso lecionado pelo filósofo neo-kantiano sobre a relação entre sistema filosófico e religião, no *Lehranstalt für die Wissenschaft des Judentums*, e deu-se o encontro de F. Rosenzweig com Martin Buber, de que resultaria, mais tarde, a colaboração mútua num projeto de reedição da Bíblia. A apelidada “crise” de consciência religiosa de F. Rosenzweig ocorrida em consequência de conversas com Rudolf Ehrenberg e Eugen Rosenstock-Huussy, na noite de 7 de Julho de 1913, prolongando-se, segundo os testemunhos a que se tem acesso, até Outubro do mesmo ano, teria sido muito encenada na literatura especializada (pp. 46-47). Sabe-se, pela carta a R. Ehrenberg de 31 de Outubro de 1913, que F. Rosenzweig decidira permanecer judeu, em vez de se converter ao Protestantismo, segundo a frase várias vezes repetida depois – “Ich bleibe also Jude” (cit. in p. 46). No caso do autor da *Estrela da Redenção*, a decisão de permanecer judeu reflete não apenas uma orientação pessoal, mas também uma atribuição de significado filosófico e teológico à perseverança dos judeus, não obstante o mundo cristianizado e as narrativas correspondentes sobre a (ultra)passagem do judaísmo no cristianismo, que incluem a do jovem Hegel. Também a cultura universitária alemã, da época, era favorável a uma diluição do judeu na nação alemã referindo-se a autora, a este respeito, especialmente a Friedrich Meinecke, o mentor de F. Rosenzweig na sua dissertação de doutoramento sobre Hegel. A cultura universitária alemã, em parte descrita a partir da obra de Hermann Lübbe (*Politische Philosophie in Deutschland*, 1963) é, aliás, o contexto em que se desenvolvem a maior parte das análises com valor histórico do livro e é ela que permite circunscrever, acertadamente, o que os diferentes protagonistas entendem por “relação” entre “judeus” e “alemães” ou “judeus” e “cristãos” (sobretudo cristãos luteranos, protestantes).

A Introdução de F. Rosenzweig aos *Escritos Judaicos* (1924) de H. Cohen ajudou a difundir a impressão de uma grande proximidade entre as ideias dos dois

autores, o que para M. Bienenstock constitui uma ilusão ou apenas um expediente para facilitar alinhamentos doutrinários. Em parte, é esta alegada proximidade que pode justificar a ideia de um “diálogo” efetivo entre a cultura alemã do século de Goethe e os judeus alemães, de uma aculturação em curso, com efeitos no modo como os judeus alemães conceberam as suas pertenças religiosas e culturais. O ensaio de Gershom Scholem contra o “Mito do Diálogo Judaico-Alemão”, de 1962, chamou a atenção para a dificuldade de um tal conceito de “diálogo” ou de “encontro” e contribuiu para redefinir a relação entre a cultura do Idealismo Alemão e as pretensões de uma renovação do judaísmo com base na cultura filosófica alemã. Distinguindo-se da visão desanimadora de G. Scholem sobre o pretense diálogo judeu-alemão e da forma como, em um texto de 1961, Jürgen Habermas tentara reabilitar os “pensadores judaicos” de origem alemã como parte integrante do pensamento alemão, pareceu à autora que a ideia de um diálogo entre judeus e alemães e as teses sobre aculturação estão hoje deslocadas e o que se oferece de interessante à exploração da pesquisa histórico-filosófica é, antes, *o diálogo entre si dos judeus alemães*, que recorreram à Filosofia Clássica Alemã para se posicionarem nas suas ideias e enquadrarem a tradição judaica (p. 24). É este fio condutor que percorre os capítulos 2. a 7., em análises sucessivas dedicadas aos tópicos de Estética e de Filosofia da Arte (caps. 2. e 3.), de Filosofia do Espírito (cap. 4.) e de Filosofia da História (caps. 6. e 7.). O capítulo 5. desenvolve os problemas da teoria ética de H. Cohen em articulação com a noção de F. Rosenzweig de um “Pensamento Apologético” em contraposição ao “Pensamento Sistemático”.

Nos capítulos 2. e 3. (“Die ‘Vergötterung’ der Kunst: Rosenzweig und der Deutsche Idealismus” e “‘Der monoteistische Gott hat jede Ironie unmöglich gemacht’: Herman Cohen über die Ironie der Kunst”) são as reflexões sobre arte, idolatria, paganismo e mito em H. Cohen e na *Estrela da Redenção*, que servem para identificar proximidade e diferenças. Estas análises têm em vista perceber como é que ambos avaliaram a Estética do Idealismo Alemão, em contraste com o princípio bíblico da não construção de ídolos ou imagens da divindade. O tema da Estética em F. Rosenzweig é por vários motivos nuclear para estudar o confronto entre a obra do filósofo e os autores do Idealismo Alemão. Uma das questões que atravessa o seu interesse é o da subordinação da Religião ao ideal do Belo do *Mais Antigo Programa de Sistema do Idealismo Alemão*, cuja fonte próxima esteve muito provavelmente em Hölderlin, mas que também se revê no *Sistema do Idealismo Transcendental* de Schelling ou nas Cartas de Friedrich Schiller sobre a *Educação Estética do Género Humano* (pp. 84-85) e cujas origens mais recuadas estão no pensamento grego. No texto do *Mais Antigo Programa de Sistema* atribuía-se ao Belo a possibilidade de aliar a Mitologia com a Religião, a síntese entre entendimento, imaginação e sensibilidade, de modo a aproximar as Ideias do sentido comum dos homens. A tese do filósofo da *Estrela da Redenção* afirma que o culto da arte no Idealismo Alemão se deveu a um

entendimento deficiente da Revelação como Palavra (p. 65) e, em consequência disso, levou a um endeusamento da arte. Assim, perceber o estatuto da arte na *Estrela da Redenção* implica descrever o processo do nascimento do belo no movimento da Revelação pela Palavra, o que tem lugar na leitura que esta obra fez do *Cântico dos Cânticos*.

Os desenvolvimentos prosseguem com a Filosofia do Espírito no capítulo 4. Aqui começa por tomar-se em consideração a leitura que F. Rosenzweig faz de um artigo de H. Cohen de 1915, com o título “Der heilige Geist”. O contexto é o da crítica do neokantiano ao panteísmo, que tem de se entender de forma lata como uma crítica à totalização, envolvendo Espinosa. O conceito de “correlação” de H. Cohen está no centro de uma visão do real que sublinha a diferença entre Deus e o Homem, que tem de os conceber, aos dois, em relação, precisamente porque evita a totalidade do *Deus sive Natura* de Espinosa ou do *Deus sive Spiritus* de Hegel (p. 124). Conseguido este ponto de partida, pode o autor da *Estrela da Redenção* prosseguir com reflexões críticas acerca do conceito de Espírito na obra de Hegel e na teoria da História de Ranke. No confronto com a Filosofia hegeliana do Espírito este capítulo refere a recensão que F. Rosenzweig escreveu sobre a obra de Hermann Heller acerca do conceito de Estado em Hegel, obra esta publicada em 1921 (p. 131). Aqui, é sublinhada uma tese. F. Rosenzweig considerou que H. Heller tinha reduzido o conceito hegeliano de Espírito à noção de Poder, no sentido de facilitar a sua própria inclusão de Hegel no grupo dos teóricos da “Razão de Estado” e dele fazer um precursor do Estado forte de Bismarck. Pareceu-lhe, contudo, que esta redução era indevida e que o conceito de Espírito tinha de ser tomado por ele mesmo e não por um dos seus aspetos, neste caso pelo poder. Esta visão foi consequente com o seu conhecimento da Filosofia Política de Hegel, mas também com o uso crítico que a *Estrela da Redenção* faz do Espírito para retratar a posição do Idealismo, que não reconhece os direitos à singularidade humana do pensador finito, mas que é mais amplo que a noção política de poder. A autora considera que, neste ponto, F. Rosenzweig conservou o essencial das críticas de S. Kierkegaard e de F. Nietzsche a Hegel (p. 136).

Os capítulos 6. e 7. foram dedicados à Filosofia da História. Aqui, comenta a autora a noção muito difundida depois da obra de Karl Löwith de 1953 (*Meaning in History*) da modernidade da Filosofia da História como um conjunto de efeitos do pensamento Teológico sobre o tempo histórico, essencialmente dominado pela modalidade bíblico-profética de conceber o futuro como realização da palavra ou promessa do presente. As teses sobre a secularização, escatologia e messianismo são escrutinadas, partindo de K. Löwith e da crítica a este por Hans Blumenberg, mas integrando os temas e perspetivas destes autores no confronto entre F. Rosenzweig e H. Cohen, particularmente tendo em conta o sentido do judeu como povo situado fora da História, presente na *Estrela da Redenção* e em correntes significativas do pensamento judaico sobre o valor da Eleição. A discussão

do messianismo não só coloca de novo as linhas de proximidade e demarcação entre judaísmo e cristianismo como ainda permite equacionar as respostas encontradas nestes pensadores à questão da aproximação da plenitude dos tempos.

O capítulo final (8.) sobre Emmanuel Levinas é constituído por um exame da posição deste filósofo na corrente de ideias que atravessa o pensamento judaico contemporâneo, envolvendo a receção da *Estrela da Redenção*. Com poucas exceções, o capítulo 8 não entrou no aprofundamento do pensamento levinasiano posterior a *Totalité et Infini* (1961), em *Autrement qu' Être ou au-delà de l'Essence* (1974) ou em *De Dieu qui vient à l' Idée* (1982, 1986²). A relação de E. Levinas com Espinosa foi um dos motivos das análises, embora a autora reconheça que Levinas dedicou poucos textos ao judeu de Amesterdão. As suas anotações a este propósito descrevem como E. Levinas se posicionou frente ao autor da *Ética*, aproveitando para mostrar, por este ângulo, como Espinosa ajudara a criar a imagem do Judaísmo como a religião que o Novo Testamento havia ultrapassado, devido à sua mensagem do amor pessoal de Deus, limitando a Eleição Moisaica a um conjunto de regras cerimoniais e políticas de um povo particular. M. Bienstock preferiu enfatizar um ponto na sua revisão das teses levinasianas, que representa uma escolha muito apropriada. Na sua visão crítica sobre a Ontologia, *Totalidade e Infinito* deve ser tomada como uma obra que inscreveu a Filosofia do Ocidente na mesma proveniência histórica do sacral, de um pensamento que pretende rever a presença do numinoso em tudo o que cerca o Homem e não foi, nesta medida, uma crítica ilimitada ou sem pressupostos da Ontologia (p. 264). É este nexó entre o Sagrado, a Ontologia e o conceito de Totalidade que define a atitude crítica de E. Levinas frente a Martin Heidegger. Sem dúvida que é no conceito de *separação* entre os sujeitos que se tem de rever a diferença entre o Sagrado e a Santidade, entre a herança grega e a mensagem especificamente hebraica sobre a transcendência do Antigo Testamento. Não foi por acaso que a autora escolheu as palavras de E. Levinas extraídas de *Difficile Liberté* para sintetizar o que de comum pode ser atribuído a Hegel, a H. Cohen, a F. Rosenzweig e ao próprio E. Levinas: “Um espiritualismo do irracional é inevitavelmente uma contradição” (cit. in. p. 276). O título *Totalidade e Infinito* exigirá certamente que se tenha em conta integralmente o valor da conjunção *e*. Totalidade é a noção a rejeitar se a pretensão com o seu uso é a de representar os seres pessoais separados segundo o prisma da inclusão forçada na gesta do sagrado e numinoso, como se pode verificar na tradição do entusiasmo religioso e no seu tipo particular de irracionalismo e fascínio. É neste ponto que M. Bienstock relaciona Levinas com Hegel, e com toda a razão, na crítica de ambos a uma religiosidade baseada no sentimentalismo e no arrebatamento, recordando as observações críticas de Hegel a respeito de Jakob F. Fries no Prefácio da *Filosofia do Direito* de 1820 (p. 267). Para o fim deste capítulo, lendo a passagem da *Estrela da Redenção* sobre a Revelação e o nascimento do nome próprio na ação de responder do sujeito, “aqui estou eu”, a autora tece ainda considerações

sobre o significado do diálogo, da criação e da revelação em F. Rosenzweig e E. Levinas para lembrar que a crítica que E. Levinas dirigiu ao conceito de Diálogo, na versão de Martin Buber, se deve ao conceito de Revelação de F. Rosenzweig, percebido pelo filósofo francês como Revelação do Outro através da Linguagem. Em ambos os autores, é a situação particular da Linguagem na Revelação divina ou do Outro que explica a tese da prioridade da linguagem sobre o pensamento (p. 270). É ainda este motivo que torna a prática da leitura dos textos bíblicos, como escrita da Revelação, em uma forma social, dialógica, de reconhecimento da transcendência (pp. 274 e ss). As notas finais sobre a forma social da transcendência refletem ainda o motivo que, desde o início, tinha levado E. Levinas a criticar uma visão da transcendência como um Além inacessível (p. 275).

Em balanço sobre a obra seja-me permitido, primeiramente, recomendá-la à leitura de todos os interessados pelos filósofos nela retratados, dado o rigor posto no tratamento dos temas dos vários capítulos. Em segundo lugar, lembrar que a articulação da linguagem com a Revelação, tema maior em F. Rosenzweig como em E. Levinas, merecia um escrutínio aprofundado no que diz respeito aos conceitos colaterais de comunidade, sociedade e de “socialidade”, eventualmente seguindo na linha de M. Buber ou de E. Rosenstock-Huessy, nas décadas posteriores à morte de F. Rosenzweig. Em terceiro, a identificação dos temas e questões de contacto e fratura entre o neokantismo e a Fenomenologia e entre a Fenomenologia e o pensamento de E. Levinas teria permitido que a minúcia, evidente em todo o livro, se aplicasse a mais alguns pontos igualmente pertinentes.

Edmundo Balsemão Pires

Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação,

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Email: edbalsemao@icloud.com

DOI: https://doi.org/10.14195/0872-0851_55_8

Mário Vieira de Carvalho, *Lopes-Graça e a Modernidade Musical*. Lisboa: Guerra e Paz, 2017, 141 pp. ISBN: 978-989-702-341-5

Mário Vieira de Carvalho é musicólogo, professor catedrático jubilado de Sociologia da Música na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, investigador integrado e fundador do Centro de Estudos de Sociologia e Estética Musical. É autor de uma extensa obra científica, abordando particularmente as questões da Sociologia da Música, a Estética Musical, as relações entre música e política, a música contemporânea e a música portuguesa. Neste âmbito destacam-se as publicações *Pensar a música, mudar o mundo*: